

PROGRAMAS SOCIODUCACIONAIS: EXPERIÊNCIA DE UMA EMPRESA DE CONCESSÃO DE RODOVIAS

SOCIAL-EDUCATIONAL PROGRAMS: EXPERIENCE OF A ROAD CONCESSION COMPANY

Celi Langhi^{1*}, Luci Mendes de Melo Bonini², Marina Mattaraia³, Nilton Alonso⁴

¹ Doutora, Centro de Educação Profissional Técnica Paula Sousa, São Paulo, SP, Brasil, celi@infolearning.com.br

² Doutora, Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, SP, Brasil, lucibonini@gmail.com

³ Mestre Centro de Educação Profissional Técnica Paula Sousa, São Paulo, SP, Brasil,, marinamattaraia@gmail.com

⁴ Mestre Centro de Educação Profissional Técnica Paula Sousa, São Paulo, SP, Brasil,, nintontadeualonso

* Autor de correspondência.

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar as ações desenvolvidas no Programa *Caminhos para a Cidadania*. Esse Programa faz parte de uma ação socioducacional, integrada às práticas de sustentabilidade e responsabilidade do Grupo CCR, empresa brasileira que atua no segmento de concessão de infraestrutura. A meta do Programa é desenvolver, articular, implantar, mobilizar e coordenar projetos, ações, campanhas e iniciativas que valorizem a conscientização social nas áreas de segurança no trânsito e proteção ambiental. Além de disseminar noções de segurança no trânsito, cidadania e respeito ao meio ambiente, procura resguardar vidas, reduzir índices de acidentes e preservar o meio. Sua abrangência envolve, atualmente, a parceria com as redes públicas de 117 municípios, de quatro estados brasileiros. Foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, com método de estudo de caso, com caráter exploratório e descritivo. Os resultados indicaram que os recursos oferecidos pelo Programa (encontros temáticos, materiais didáticos e atividades complementares) proporcionam integração do tema transversal Educação no Trânsito, com os objetivos das disciplinas curriculares, respeitando o projeto pedagógico da escola e de série/ano, possibilitando uma interação entre diferentes realidades, habilidades e conhecimentos que, gradativamente, ligam a educação no trânsito e a educação ambiental ao planejamento escolar, de acordo com as possibilidades das cidades parceiras, dos educadores e dos interesses de seus alunos.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Programas socioeducacionais. Cidadania.

Abstract

The aim of this study is to analyze the actions developed in the Pathways Program for Citizenship. This program is part of a socioducational action, the integrated sustainability practices and responsibility of the CCR Group, a Brazilian company that operates following the concession of highways. The goal of the program is to develop, coordinate, implement, mobilize and coordinate projects, actions, campaigns and initiatives that enhance social awareness in safety in traffic and environmental protection. In addition to disseminating notions of security in traffic, citizenship and respect for the environment, seeks to save lives, reduce accident rates and preserve the environment. Its scope involves, currently, the partnership with the public networks of 117 municipalities, four Brazilian states. A qualitative research with case study method, exploratory and descriptive character was performed. The results indicated that the resources offered by the Program (thematic meetings, didactic materials and complementary activities) provide integration of the transverse theme Education in Traffic with the curriculum subjects, respecting the school's educational project and series / year, allowing an interaction between different realities, skills and knowledge that gradually bind to traffic education and environmental education to school planning, according to the possibilities of the partner cities, educators and the interests of their students.

Keywords: Sustainability. Social and educational programs. Citizenship.

©UNIS-MG. All rights reserved.

How to cite this article: LANGHI, Celi; BONINI, Luci M.M.; MATTARAIA, Marina; ALONSO, Nilton. Programas socioeducacionais: experiência de uma empresa de concessão de rodovias. **Interação**, Varginha, MG, v. 21, n. 1, p. 85, 2019, ISSN 1517-848X / ISSN 2446-9874.

Disponível em: <http://periodicos.unis.edu.br/index.php/interacao/article/view/259/229>.

DOI: <https://doi.org/10.33836/interacao.v21i1.259>.

1 INTRODUÇÃO

Programas socioeducacionais são ações desenvolvidas entre organizações públicas e privadas, tendo-se em vista o desenvolvimento de valores voltados para a ética e a cidadania. Os Programas Socioeducacionais, geralmente, estão associados a instituições do Terceiro Setor, as quais não têm fins lucrativos e promovem ações voltadas ao bem comum. De acordo com Melo Neto e Froes (2002), o terceiro setor é uma “*nova esfera pública, não necessariamente governamental, constituída de iniciativas privadas em benefício do interesse comum, compreendendo um conjunto de ações particulares com o foco no bem-estar público.*” Para Oliveira (2004), o terceiro setor é um “*espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos gerados nesse processo.*”

Portanto, o Terceiro Setor pode ser definido como um conjunto de agentes privados, com fins públicos, cujos programas visam a: (i) atender direitos sociais básicos; (ii) combater a exclusão social; e (iii) proteger o patrimônio ecológico.

As constantes transformações econômicas, tecnológicas e sociais ocorridas nas últimas décadas trouxeram a necessidade da criação de novos paradigmas do conhecimento, do ensino e da aprendizagem (Araújo e Nascimento, 2012). A educação concebida como não escolarizada, por exemplo, pode e deve ter participação direta na luta pela sustentabilidade econômica, política e social. Processos não formais, informais e formais já estão conscientizando muitas pessoas e intervindo positivamente. Nesse sentido, os conceitos de *sustentabilidade* e de *responsabilidade social* também se fazem presente e têm importante papel nos Programas Socioeducacionais.

Sustentabilidade é um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja, a sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material, sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente, para que eles se mantenham no futuro. Seguindo esses parâmetros, a humanidade pode garantir o desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade é a habilidade de sustentar ou suportar uma ou mais condições, exibida por algo ou alguém. É uma característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo.

A adoção de ações de sustentabilidade garante, a médio e longo prazo, um planeta em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana. Garante os recursos naturais necessários para as próximas gerações, possibilitando a manutenção dos recursos naturais (florestas, matas, rios, lagos, oceanos), assim como uma boa qualidade de vida para as futuras gerações.

O princípio da sustentabilidade aplica-se a um único empreendimento, a uma pequena comunidade e até a um planeta inteiro. Para que um empreendimento humano seja considerado sustentável, é preciso que seja: (i) ecologicamente correto; (ii) economicamente viável; (iii) socialmente justo; e (iv) culturalmente diverso.

Quanto à responsabilidade social, no cenário mundial contemporâneo, percebe-se o processar de inúmeras transformações de ordem econômica, política, social e cultural que, por sua vez, se adaptam aos novos modelos de relações entre instituições e mercados, organizações e sociedade. No âmbito das atuais tendências de relacionamento, verifica-se a aproximação dos interesses das organizações e os da sociedade resultar em esforços múltiplos para o cumprimento de objetivos compartilhados.

Os primeiros estudos que tratam da responsabilidade social tiveram início nos Estados Unidos, na década de 1950, e na Europa, nos anos de 1960 (Faria e Sauerbronn, 2008). No entanto, tais manifestações não receberam apoio, pois foram consideradas de cunho socialista. Foi somente em 1953, nos Estados Unidos, com o livro *Social Responsibilities of the Businessman*, de Howard Bowen, que o tema recebeu atenção e ganhou espaço. Na década de 1970, surgiram associações de profissionais interessados em estudar o tema: American Accounting Association e American Institute of Certified Public Accountants. É a partir daí que a responsabilidade social deixa de ser uma simples curiosidade e se transforma em um novo campo de estudo. A responsabilidade social revela-se, então, um fator decisivo para o desenvolvimento e crescimento das empresas.

De acordo com o *Livro Verde* da Comissão Europeia (2001), a responsabilidade social é um conceito segundo o qual as empresas decidem, em uma base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. Por esse pressuposto, a gestão das empresas não pode, e/ou não deve, ser norteadas apenas para o cumprimento de interesses dos proprietários das mesmas, mas também pelos de outros detentores de interesses como, por exemplo, os trabalhadores, as comunidades locais, os clientes, os fornecedores, as autoridades públicas, os concorrentes e a sociedade em geral.

Afirma Cabral-Cardoso (2002) que o conceito de responsabilidade social deve ser entendido em dois níveis. O *nível interno* relaciona-se com os trabalhadores e, mais genericamente, com todas as partes interessadas afetadas pela empresa e que, por seu turno, podem influenciar no alcance de seus resultados. O *nível externo* tem em conta as consequências das ações de uma organização sobre os seus componentes externos, nomeadamente, o ambiente, os seus parceiros de negócio e o meio envolvente.

Responsabilidade Social diz respeito ao cumprimento dos deveres e obrigações dos indivíduos e empresas para com a sociedade em geral. Do ponto de vista da responsabilidade social corporativa, verifica-se um conjunto amplo de ações tomadas pelas empresas e que beneficiam a sociedade e as corporações, posto que, levando em consideração economia, educação, meio ambiente, saúde, transporte, moradia, atividade locais e governo, essas ações otimizam ou criam programas sociais, trazendo benefício mútuo entre a empresa e a comunidade, melhorando tanto a qualidade de vida dos funcionários quanto a atuação empresarial, assim como a qualidade de vida da própria população.

Responsabilidade Social Empresarial é a forma de gestão ética e transparente que tem a organização com suas partes interessadas, de modo a minimizar seus impactos negativos no meio ambiente e na comunidade. Ser ético e transparente quer dizer conhecer e considerar suas partes interessadas, objetivando um canal de diálogo. Uma organização voltada para o desenvolvimento sustentável planeia, nos seus negócios, um horizonte multidimensional, que engloba e assegura os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, na medida em que todos fazem parte de um sistema de obtenção de uma economia solidária. De acordo com Mollicone (2003), a Responsabilidade Social Empresarial, na última década, passou a representar um importante

instrumento de promoção socioeconômica num mundo em que há uma enorme concentração de renda. Segundo Passador (2002), a concepção de responsabilidade social por parte das empresas apresenta diversos desafios impostos pelas exigências dos consumidores, pela pressão de grupos da sociedade organizada e por legislações.

No artigo “Corporate Social Responsibility”, Carroll (1999) demonstrou que, na literatura, o conceito de responsabilidade social é o mesmo no passado e no presente; o que mudou são as questões encaradas pelas empresas e as práticas de responsabilidade social, principalmente porque a sociedade mudou e as empresas mudaram, e, conseqüentemente, as relações entre a sociedade e as empresas.

As organizações que atuam com responsabilidade social se beneficiam de muitas formas, sendo a proteção e o fortalecimento de sua marca e reputação as principais, uma vez que favorecem a imagem da organização, considerando-se que a credibilidade passa a ser uma importante vantagem, um diferencial competitivo no mundo globalizado.

A responsabilidade social empresarial pode ser vista como um elemento atrativo, uma vez que muitos investidores individuais e institucionais percebem que o retorno é garantido, principalmente no que diz respeito às deduções fiscais e ao abatimento de impostos.

Verificada a importância do terceiro setor no desenvolvimento da sustentabilidade, bem como indicadas as vantagens do investimento em responsabilidade social empresarial, será apresentado um estudo realizado junto ao Grupo CCR, empresa brasileira que vem investindo em Programas Socioeducacionais há doze anos.

2 MATERIAIS E MÉTODO

A pesquisa realizada é de abordagem qualitativa, com método de estudo de caso, com caráter exploratório e descritivo. Para Yin (2015), um estudo de caso é auxiliado na investigação empírica de um fenômeno contemporâneo, inserido na vida real, onde as fronteiras entre fenômeno e contexto não estão definidas de forma objetiva. O estudo de caso também auxilia na obtenção de respostas para a questão de pesquisa uma vez que procura responder como e por que um fenômeno acontece; não requer controle sobre eventos comportamentais; e ainda tem foco em eventos contemporâneos (MARSHALL; ROSSMAN, 2014).

O estudo de caso pode ser classificado como exploratório e descritivo de acordo com seu conteúdo e objetivo final (YIN, 2015). Para Marshall; Rossman (2014), o objetivo da pesquisa é exploratório quando se pretende investigar fenômenos pouco compreendidos; identificar ou descobrir variáveis importantes ou gerar hipóteses para pesquisas futuras; e pode ser considerado descritivo quando se propõe a documentar o fenômeno de interesse. O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que se concentra no entendimento da dinâmica presente nas configurações individuais e ainda pode envolver um único ou vários casos.

O objeto deste estudo de caso são as ações desenvolvidas pelo Programa Caminhos para a Cidadania, do Grupo CCR. Para a pesquisa de campo foram consideradas fontes de evidências externas e internas. As fontes de evidências externas que foram pesquisadas estão relacionadas à análise de documentos internos do Grupo CCR no que diz respeito a relatórios, pareceres e demais produtos relacionados ao Programa Caminhos para a Cidadania. As fontes de evidências internas ocorreram por meio de entrevistas com roteiro contendo perguntas abertas aos gestores responsáveis pelo respectivo Programa e realização de técnicas de observação direta em 10 escolas municipais de São Paulo onde o Programa ocorre. O nome das escolas não foi divulgado por solicitação dos coordenadores do Programa.

3 PROGRAMA CAMINHOS PARA A CIDADANIA

O Programa *Caminhos para a Cidadania* é uma ação socioeducacional que integra as práticas de sustentabilidade e responsabilidade do Grupo CCR, uma das maiores empresas de concessão de infraestrutura do mundo, com atuação nos segmentos de concessão de rodovias, mobilidade urbana e serviços, com valor de mercado superior a R\$ 20 bilhões. A companhia atua no Brasil há 15 anos e é responsável por 3.284 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso do Sul. O Grupo tem, ainda, 34,25% do capital social da STP, operadora dos meios eletrônicos de pagamento Sem Parar e Via Fácil.

O Programa *Caminhos para a Cidadania* tem como meta socioeducacional desenvolver, articular, implantar, mobilizar e coordenar projetos, ações, campanhas e iniciativas que valorizem a conscientização social, nas áreas de segurança no trânsito e proteção ambiental. Além de disseminar noções de segurança no trânsito, cidadania e respeito ao meio ambiente, para alunos e educadores do ensino fundamental, procura resguardar vidas, reduzir índices de acidentes e preservar o meio em que se vive. O Programa atua por meio de um conjunto de recursos didático-pedagógicos em educação no trânsito e em educação ambiental, para alunos, professores e demais integrantes da comunidade escolar, preferencialmente em parcerias com as redes públicas municipais de ensino.

Um dos principais objetivos é desenvolver ações socioeducacionais por onde passam as rodovias do Grupo CCR, atuando de forma alinhada ao Planejamento Estratégico do Grupo e agregando valor à imagem da empresa, de modo a fortalecer relacionamentos institucionais e a favorecer sua visibilidade nacional e internacional, para se reafirmar como uma referência no desenvolvimento de valores relacionados à cidadania, ao respeito, à solidariedade e à preservação.

A implementação do Programa ocorre pela indicação de Coordenadores Municipais, os quais atuam em conjunto com os Coordenadores de Relações Institucionais das Unidades de Negócios do Grupo CCR. Cada município integrante do Programa está afiliado a uma das Unidades de Negócios do Grupo.

O Programa *Caminhos para a Cidadania* teve início em 2002, com a realização de um conjunto de atividades experimentais. Essas práticas receberam, ao longo do tempo, ampliações e adaptações; a maioria delas permanece em vigor, com atualização no formato visual e operacional, ainda que, essencialmente, trate da mesma proposta de educação para a cidadania, o trânsito e a proteção ambiental.

Até o ano de 2006, duas organizações do Grupo CCR (AutoBAn e NovaDutra) realizavam o Programa *Caminhos para a Cidadania*. Em 2007, ocorre o ingresso da ViaOeste. Até 2008, a gestão do programa ficava a cargo dessas três unidades de negócio participantes, que, de modo isolado e independente, desenvolviam as atividades.

Nesse contexto, em 2009, diante do crescimento do Programa, torna-se necessário um aprimoramento no modelo de gestão, de forma a se obter uma visão mais ampliada das práticas. Isso levou, entre outras medidas, à criação de um Grupo de Estudo, formado por representantes das unidades de negócio envolvidas e por uma consultoria externa, com o objetivo de unificar as práticas do Programa *Caminhos para a Cidadania*.

Em 2010, outras três concessionárias ingressaram no Programa: a RodoNorte, Ponte e ViaLagos. Adquirida em 2010, a SPVias passou a integrar o *Caminhos para a Cidadania* a partir de 2011.

Ainda em 2011, a CCR recebeu o prêmio IBTTA AWARDS, na categoria Responsabilidade Social. Esse prêmio é o mais importante do setor de concessões de rodovias, envolvendo cerca de 250 membros, distribuídos em 23 países dos seis continentes.

Em 2012, para estabelecer uma base linear de conhecimentos e informações, foi criada uma agenda temática de trabalhos para o Grupo de Estudo, incluindo nesses encontros a participação de doutores e mestres para subsidiar os temas acordados previamente.

Tal Grupo de Estudo, em seu segundo ano (2013), já se tornou uma valiosa ferramenta para o Programa, uma vez que se consolidou como promotor de ações de aprendizagem junto à comunidade envolvida, várias delas utilizadas como insumos para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas.

Em 2014, foram criados Encontros Temáticos para os professores que atuam com o programa, assim como foi desenvolvido um Portal Interativo, com cursos a distância, atividades online, conteúdos digitais entregues a cada encontro com os Multiplicadores (em complementação ao conteúdo do livro), bem como houve o fornecimento de materiais digitais para os docentes.

Gradativamente, com a participação de outras unidades de negócio do Grupo CCR, com a ampliação das ações e com o aumento dos municípios parceiros, o Programa ganhou consistência e se tornou mais permeável às interações institucionais. O Centro Cooperativo do Grupo CCR, um órgão de gestão superior, buscou a promoção do equilíbrio entre as diversas sugestões decorrentes do processo de criação e da formulação de novas propostas. Isso significou favorecer a integração, orientar o estabelecimento de regras, ordenar reuniões e debates, assegurando a efetividade do apoio técnico-metodológico necessário ao desenvolvimento e à unificação do Programa *Caminhos para a Cidadania*.

Eis o ponto alto para o seu aperfeiçoamento: a ampla participação dos municípios envolvidos e a unificação das ações por meio desse Grupo de Estudos fortaleceram o desenvolvimento das metas do Programa. Ao final, tornou-se possível uma visão mais abrangente do papel socioeducacional do Programa *Caminhos para a Cidadania*, em termos de presente e futuro.

Quadro 1 - Números do Programa *Caminhos para a Cidadania* de 2001 a 2014

Ação	Números
Municípios atendidos	117
Escolas	22.728
Professores	77.435
Alunos	2.084.213

Fonte: Relatórios internos do Programa *Caminhos para a Cidadania*, 2014.

Atualmente, fazem parte do Programa *Caminhos para a Cidadania* 117 municípios brasileiros, localizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso do Sul. Desde sua implantação, até o momento, foram atendidas 22.728 escolas, sendo 77.435 professores e mais de dois milhões de alunos.

3.1 AÇÕES SOCIOEDUCACIONAIS DO PROGRAMA

O Programa se concentra em duas grandes áreas, educação no trânsito e educação ambiental, compondo, assim, um conjunto de medidas que leva para a sala de aula práticas e saberes que representam um diferencial na formação dos pequenos cidadãos. Por meio da transversalidade do conteúdo proposto, o Programa também possibilita aos educadores novas situações didáticas, cuidadosamente planejadas, que ajudam a promover atitudes e conceitos de proteção à vida e à

natureza, orientadas por valores como solidariedade, inclusão, segurança, respeito e ética. Isso possibilita a criação de uma teia de relações importantes para a cidadania, motivadas por temas específicos (trânsito, meio ambiente) e por conteúdos curriculares tradicionais.

Sob a orientação de formadores especializados em programas socioeducacionais, foi desenvolvido um Sistema de Capacitação que propicia aos educadores as condições para a realização das atividades em sala de aula. Isso visa atender às necessidades didáticas e pedagógicas, bem como visa ampliar e aprofundar os objetivos e os conteúdos temáticos planejados. As práticas pedagógicas são desenvolvidas de forma coletiva e dialógica, para atender às especificidades de cada região onde as escolas se localizam. As ações iniciais desse Sistema de Capacitação ocorrem com o lançamento anual do Programa, do qual participam os profissionais do Grupo CCR, os Secretários Municipais de Educação, os Coordenadores Municipais e os Formadores do Programa. Em 2014, foi organizado o *Congresso CCR Caminhos para a Cidadania - Educando para o Futuro: Integração e Desenvolvimento*, que reuniu cerca de 300 profissionais da área da educação, com o objetivo de debater e analisar a proposta pedagógica, para esse ano letivo, do Programa *Caminhos para a Cidadania*.

Esse Sistema de Capacitação oferece um método de trabalho com recursos didáticos específicos, com claro compromisso ético e social. Orientado para a formação global dos participantes, com atividades que não visam apenas proporcionar uma gama nova e diversificada de conhecimento sobre os temas do programa, mas que também visam assumir a responsabilidade de contribuir para uma melhor qualificação dos participantes, tal Sistema oferece aos educadores uma formação baseada em elevados padrões científicos, técnicos, éticos e de responsabilidade social, preparando-os para que sejam capazes de atuar, de maneira transformadora, no espaço escolar e junto à sociedade.

O Sistema de Capacitação visa preparar os professores/coordenadores para atingirem os seguintes Objetivos Educacionais:

- a) Atuar na formação de alunos, de maneira a desenvolver valores éticos voltados para a preservação da vida; na conscientização das medidas preventivas que valorizem a vida; na convivência social solidária; no respeito à diversidade e à promoção de ações voltadas para o bem-estar da coletividade; na observância dos regramentos sociais, do bem-estar de todos e da preservação da vida.
- b) Realizar ações, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que promovam a cultura de humanização; que sejam lúdicas, divertidas e capazes de estimular o interesse e a criatividade dos alunos; que proporcionem reflexões sobre o valor da vida, o respeito ao outro e a necessidade de uma convivência harmônica, de acordo com as regras sociais.
- c) Trabalhar a transversalidade como um dos principais recursos didático-pedagógicos. Os conteúdos de segurança no trânsito e de proteção ambiental são ligados a outros valores, fundamentais para a vivência da cidadania.
- d) Criar atividades complementares ou atividades extracurriculares, realizadas ao longo do período letivo, com o objetivo de contribuir para a formação integral dos alunos. Visam incrementar as ações pedagógicas, com experiências realizadas além da sala de aula, para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

Os recursos oferecidos para as escolas são:

- a) Encontros Temáticos – cada professor participa de quatro encontros, no decorrer de um ano letivo, nos quais são discutidas as melhores práticas de ensino e de aprendizagem sobre as temáticas do Programa;
- b) Livros Didáticos – um livro sobre Educação no Trânsito e outro sobre Meio Ambiente, comportando o livro do aluno, o do professor e, ainda, uma versão em Braille. Anualmente, cada aluno e cada professor recebe um livro;

- c) Teatro na Escola – há uma companhia de teatro exclusiva do Programa que, a cada ano, desenvolve uma peça de teatro sobre a importância da preservação do meio ambiente. Todas as escolas assistem ao espetáculo;
- d) Blitz Educativa – em uma ação conjunta com a Polícia Militar dos respectivos estados, os alunos, acompanhados pelos professores, vão às ruas para conscientizar os motoristas a respeito dos cuidados que deverão ter no trânsito, para que possam preservar vidas;
- e) Conteúdos Digitais – para complementar os conteúdos oferecidos pelos livros didáticos, são desenvolvidas atividades que podem ser utilizadas por meio eletrônico (computadores e tablets). Essas atividades estão associadas aos conteúdos dos livros e atuam de forma complementar à aprendizagem do aluno;
- f) Portal Caminhos para a Cidadania – contempla conteúdos diferenciados para professores e alunos. Para os professores, são oferecidas sugestões para dinamizar as aulas. Para os alunos, são oferecidas atividades extraclasse, que poderão ser desenvolvidas em casa, com a família. Os jogos eletrônicos, de caráter educativo, também estão presentes;
- g) Cursos a Distância – em 2014, foi oferecido um curso a distância sobre Gestão de Programas Socioeducacionais. Esse curso tem por objetivo auxiliar os coordenadores municipais no desenvolvimento de ações de gestão para fortalecer o desenvolvimento de outras ações socioeducacionais em suas cidades;
- h) Campanha Cidadania na Estrada – os alunos escrevem “cartas” para os motoristas, solicitando segurança no trânsito. Esse material é distribuído aos motoristas nos postos de pedágio das estradas, com a solicitação de respostas para os alunos;
- i) Concurso Arte na Estrada – envolve a realização de desenhos que motivem a preservação do meio ambiente. Há premiação para os primeiros classificados.

Esses recursos são planejados para proporcionar a integração dos temas/objetivos com as disciplinas curriculares, respeitando o projeto pedagógico da escola e de série/ano, de modo a possibilitar uma interação entre diferentes realidades, habilidades e conhecimentos, que, gradativamente, relacionam a educação no trânsito e a educação ambiental ao planejamento escolar, de acordo com as possibilidades das cidades parceiras, dos educadores e dos interesses de seus alunos.

CONCLUSÃO

Por meio do estudo do Programa *Caminhos para a Cidadania*, do Grupo CCR, foi possível analisar que os recursos oferecidos, que envolvem encontros temáticos, materiais didáticos e atividades complementares, numa parceria entre a empresa e 117 municípios, localizados em quatro estados brasileiros, favorecem a integração e a articulação entre os saberes de um dos temas transversais dos currículos escolares, no caso a Educação no Trânsito e a Educação Ambiental, com os objetivos das disciplinas curriculares das séries escolares que fazem parte do Programa.

Essa articulação de saberes favorece a formação de valores, da ética e da cidadania possibilitando interações entre diferentes realidades, e fomentando a formação de conhecimentos específicos de cada região geográfica de forma integrada a conhecimentos mais gerais no contexto estadual e nacional.

Como ações de melhoria para o Programa são sugeridas a criação de indicadores socioeducacionais para a avaliação geral das ações desenvolvidas; a identificação de parceiros estratégicos e possíveis investidores, para que levem essas ações para todo o território brasileiro; a ampliação na divulgação das ações realizadas por parcerias com institutos de pesquisa nacionais e internacionais; a promoção de maior aproximação das famílias com as ações do Programa; e a

implementação de ações interativas que facilitem a troca de experiências entre todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Jomária Alessandra Queiroz de Cerqueira; NASCIMENTO, Leandro Gileno Militão. Caracterização do Terceiro Setor no Brasil e sua articulação com a educação brasileira. **VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade**. São Cristovão, SE/ Brasil, 20 a 22 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio/eixo_01/PDF/35.pdf>.
- CABRAL-CARDOSO, Carlos. **Ética e responsabilidade social**. Comportamento organizacional e gestão. 21 temas e debates para o século XXI. Lisboa, Portugal, 2002.
- CARROLL, A. B. Corporate Social Responsibility. **Business and Society**. Volume 38, p. 268-295, Chicago (USA), 1999.
- COMISSÃO EUROPÉIA. **Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas**. (Livro Verde) Bruxelas: 2001. Disponível em: <http://europa.eu.int/eur-lex/pt/com/gpr/2001/com2001_0366pt01.pdf> Acesso em: 15 mar. 2004.
- FARIA, Alexandre; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. **A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica**. RAP — RIO DE JANEIRO 42(1):07-33, JAN./FEV. 2008.
- MARSHALL, Catherine; ROSSMAN, Gretchen B. **Designing qualitative research**. Sage publications, 2014.
- MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- MOLLICONE, M. M. **Responsabilidade social empresarial: modismo, civismo ou demanda do mercado?** 2003. **Dissertação** (mestrado) – UFBA, Salvador, 2003.
- OLIVEIRA, Edson Marques. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. **Rev. FAE**, Curitiba, v.7, n.2, p.9-18, jul./dez. 2004.
- PASSADOR, Claudia Souza. A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento. **VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso-**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.